

Doc. 1

RELATÓRIO

**Nos termos do art. 65.º, n.º 3 da lei 78/2001, de 13.07 a
apresentar, à Assembleia da República, pelo
Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz**

I

Nota Preliminar

Razão de ser deste relatório do Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz é o disposto no art. 65.º, n.º 3 da lei 78/2001, segundo o qual:

"O conselho acompanhará a instalação e funcionamento dos projectos experimentais e apresentará um relatório de avaliação à Assembleia da República entre 1 e 15 de Junho de 2002, formulando, se for o caso, sugestões de alteração do presente diploma e outras recomendações que devam ser tidas em conta, designadamente pelo Governo, no desenvolvimento do projecto."

Para além deste relatório, o Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz propõe-se, complementarmente, rever o geral enquadramento legislativo fundamental e colaborar na casuística revisão da moldura normativa, numa perspectiva de ampliação do projecto de implementação de Julgados de Paz, pelos competentes Órgãos de Soberania do Estado.

Ou seja, ponderando o alcance do n.º 3 do art. 65.º da lei 78/2001, este Conselho elabora, para já, um relatório radicado na análise do mérito do projecto dos Julgados de Paz e, directamente, na avaliação da estratégia e da experiência; posto o que, ultrapassada que seja essa primeira e fundamental questão, e feitas sugestões e recomendações que, a esse respeito, considera pertinentes e básicas, complementarmente, haverá que rever a

pormenorização dos enquadramentos legais e regulamentares além do que, adiante, se dirá. E é para colaborar nesta reponderação subsequente que este Conselho se disponibiliza, na medida das suas possibilidades.

II

Nota sobre o enquadramento legal e regulamentar dos

Julgados de Paz

A base legal dos Julgados de Paz encontra-se na referida lei 78/2001, que a Assembleia da República aprovou por unanimidade, tendo sido legislado que o Governo criaria e providenciaria pela instalação de 4 Julgados de Paz, considerados iniciais e experimentais, no âmbito dos seguintes municípios: Lisboa, Oliveira do Bairro, Seixal e Vila Nova de Gaia (art. 64.º).

Outrossim, foi criado um Conselho próprio, dito Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz, com várias representações: da própria Assembleia da República mas, também, do Ministério da Justiça, do Conselho Superior da Magistratura e da Associação Nacional de Municípios Portugueses; competindo, a tal Conselho, especialmente, nomear os Juízes de Paz, a sua disciplina (expressão, naturalmente, muito abrangente) e, avaliando o projecto e o funcionamento dos Julgados de Paz experimentais, relatar conclusões e recomendações à Assembleia da República.



A lei 78/2001 veio a ser complementada por vários diplomas de carácter legal, regulamentar e protocolar, devendo ser referenciados:

- D.L. 329/2001, de 20.12, que criou os 4 Julgados de Paz, ditos experimentais;
- Protocolos entre o Ministério da Justiça e os Municípios de Lisboa, Seixal, Vila Nova de Gaia e Oliveira do Bairro, respectivamente, de 21.11.2001, 26.11.2001, 27.11.2001 e 27.11.2001;
- Portarias de instalação dos Julgados de Paz de Lisboa, Oliveira do Bairro, Seixal e Vila Nova de Gaia, respectivamente 44/2002, de 11.01, 72/2002, de 19.01, 92/2002, de 30.01 e 162-A/2002, de 25.02;
- Portaria 1456/2001, de 28.12, sobre custas dos processos da competência dos Julgados de Paz;
- Portarias 1005/2001 e 1006/2001, de 18.08, relativas a concursos e selecção de Mediadores e Juizes de Paz;
- Portaria 1228/2001, de 25.10, sobre os primeiros Juizes de Paz, a nomear por este Conselho;
- Portaria 1202/2002, de 07.03, referente à constituição da Comissão de Fiscalização da Mediação;
- Despacho 1966/2002, in D.R., 2.ª série, de 25.01.2002, sobre remuneração de mediadores (que revogou, tacitamente, idêntico despacho 912/2002, in D.R., 2.ª série, de 15.01);
- regulamento interno e regulamento de nomeações de Juizes de Paz, elaborados por este Conselho, in D.R., 2.ª série, de 30.01.2002

(publicados com lapsos materiais ainda não corrigidos, embora tal tenha sido pedido);

- Portaria 436/2002, de 22.04 e Despacho in D.R., 2.ª série, de 24.04.2002, acerca da mediação, mormente além da competência dos Julgados de Paz.

III

Síntese analítica do projecto

Conforme se deduz do seu **enquadramento** normativo, desde logo a partir da lei 78/2001, os Julgados de Paz não se integram na estrutura dos Tribunais Comuns mas, pelo contrário, incluem-se no que hoje são considerados Meios Alternativos, desde a Mediação, a Conciliação, a Arbitragem e, significativamente, estruturas do tipo Julgados de Paz que, em tempos idos, já funcionaram em Portugal, todavia sem nada terem a ver com os chamados Tribunais Municipais decorrentes do velho Estatuto Judiciário de 1962. Contudo, os Julgados de Paz integram-se, constitucionalmente, numa noção lata de Tribunais (art. 209.º da Constituição da República Portuguesa).

Os Julgados de Paz são uma estrutura tendente a uma Justiça simples e de proximidade, ou seja aproximando os Cidadãos da Justiça e esta daqueles, conforme acontece em muitos Países de cultura idêntica à portuguesa, por exemplo e designadamente no Brasil, onde os chamados Juizados Especiais são um êxito incontroverso, já tendo ultrapassado o âmbito estadual para o federal.

Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz

Serviços Administrativos

Rua Augusta, 118 - 4º, 1100-054 Lisboa

Telef. 213242343 - Fax 213470836

4

Os Meios Alternativos de resolução de diferendos são, hoje, um caminho geralmente assumido na indispensável procura de uma Justiça próxima dos Cidadãos, simples (sem deixar de ser correcta) e oportuna. Muitas vezes, prevenindo litígios, sempre procurando consensos. São meios que actuam e procuram induzir posturas não adversariais.

E, mais do que desbloquear os Tribunais tradicionais, embora para lá caminhando, tendem primacialmente a resolver problemas concretos, comuns, mais ou menos simples mas que, subsistindo, incomodam a vida de muitos cidadãos. O próprio Conselho da Europa os cita, designadamente, na Recomendação n.º R (86) 12 do Conselho de Ministros (1986).

De todo o modo, os Julgados de Paz não se contrapõem às demais Instituições de Justiça: todas se devem immanar no objectivo comum de Justiça e Cidadania.

As principais características dos Julgados de Paz vêm reflectidas, em especial, no art. 2.º da lei 78/2001:

“ 1 – A actuação dos julgados de paz é vocacionada para permitir a participação cívica dos interessados e para estimular a justa composição dos litígios por acordo das partes.

2 – Os procedimentos nos julgados de paz estão concebidos e são orientados por princípios de simplicidade, adequação, informalidade, oralidade e absoluta economia processual.”



IV

Nota sobre o funcionamento

Dos Julgados de Paz existentes

Os actuais 4 Julgados de Paz começaram a funcionar em:

Lisboa – 21 de Janeiro de 2002.

Oliveira do Bairro – 22 de Janeiro de 2002.

Seixal – 01 de Fevereiro de 2002.

Vila Nova de Gaia – 27 de Fevereiro de 2002.

Portanto, além de serem muito poucos, têm escasso tempo de funcionamento; e áreas geográficas demasiado reduzidas.

Mas, experimentalmente, já evidenciam a sua valia.

Quer a sua experiência, quer as notícias que temos de outros países, quer os problemas gerais da Justiça, são elementos, a nosso ver, suficientemente indicativos da conveniência de desenvolvimento do projecto.

Como flui do que se aflorou, os problemas mais significativos dos Julgados de Paz, para efeito de maior eficiência relativamente ao interesse dos cidadãos estão em:

1. – escasso número actual de Julgados de Paz;
2. – limitadas áreas territoriais, mesmo nos iniciais 4 Municípios (só em Oliveira do Bairro é abrangido todo o Município respectivo; o Município de Lisboa está muito longe de ser abrangido pelo Julgado de Paz dito de Lisboa, sendo-o

Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz

Serviços Administrativos

Rua Augusta, 118 - 4º 1100-054 Lisboa

Telef. 213242343 - Fax 213470836

apenas as freguesias de Benfica, Carnide e Lumiar; o Município do Seixal também não está todo abrangido, em especial a importante freguesia de Amora, só o estando as de Seixal, Paio Pires e Arrentela; também em Vila Nova de Gaia, há freguesias fora da respectiva área do Julgado de Paz, que só abrange as freguesias de Avintes, Crestuma, Lever, Olival, Sandim e Pedroso); aliás, estas limitações geográficas são potencial factor de perplexidade dos cidadãos, designadamente desigualando as suas possibilidades no mesmo Município, e não permitem adequada rentabilização das potencialidades dos Julgados de Paz;

3. – competências demasiadamente limitadas.

Contudo, as conclusões que se podem e devem tirar do funcionamento dos 4 Julgados de Paz, conforme já referenciado, dizem-nos que, não obstante as suas limitações e as dúvidas legais e regulamentares que se têm verificado a dedicação de quem trabalha nos Julgados de Paz é muito boa, a receptividade pelos cidadãos das respectivas áreas é, tanto quanto chegou até nós, francamente positiva (embora, inicialmente, tenham surgido algumas reservas), a esperança tem-se radicado (juntam-se alguns excertos da Comunicação Social). Em anexo, juntam-se também notas estatísticas. Pelos relatórios mensais que pedimos aos Juizes de Paz, sabemos que os processos estão a terminar num prazo que, em média, se pode estabelecer em um mês, o que é excelente. Bem se sabe que a dimensão das entradas é pequena. Mas isso não impede uma análise positiva, até porque os Juizes de Paz são os primeiros a propor uma maior rentabilização. E, mesmo se o volume de serviço

aumentar, e a duração dos processos passar de 1 para 2 ou 3 meses, continuará a ser algo muito salutar

V

Sugestões fundamentais

De tudo isto, resulta como nota fundamental que, a nosso ver:

1. - O projecto deve ser desenvolvido, criando-se progressivamente Julgados de Paz onde não existem, tanto no Continente como nas Regiões Autónomas, e tanto em zonas afastadas dos grandes centros urbanos (talvez até principalmente nessas zonas), como nestas.
2. - Deve procurar-se que os Municípios já abrangidos e progressivamente a abranger, o sejam completamente (junta-se a este respeito, informação que este Conselho pediu ao Ministério da Administração Interna, sobre números de cidadãos eleitores, donde se evidenciam os números de freguesias e de cidadãos eleitores ainda não abrangidas pelos Julgados de Paz, inclusive em 3 dos 4 Municípios onde já existem).
3. - Devem ser alargadas as competências, quer ao nível das matérias (ponderando-se, mesmo, matéria locatícia, matéria laboral – a propósito do que, todavia, cremos que devem ser auscultadas as associações representativas dos respectivos interesses) quer no concernente à execução das respectivas decisões quer, mesmo, em matéria penal (crimes não públicos e ressalvada a não aplicação de penas de prisão, privilegiando a aplicação de medidas alternativas à prisão).

Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz

Serviços Administrativos

Rua Augusta, 118 - 4º, 1100-054 Lisboa

Telef. 213242343 - Fax 213470836

14

4. – Deve ser alterada a regra recursória, criando-se uma estrutura do tipo brasileiro (“turma recursória”), com uma organização inserida neste projecto, porventura inicialmente para todos os Julgados de Paz (conforme o seu número), eventualmente itinerante, que não leve para os Tribunais Judiciais algo do que deles se retirou inicialmente, como pode acontecer hoje (art. 62.º da lei 78/2001).

-----X-----

Naturalmente, isto implicará gerais alterações legais, e é por isso que este Conselho, com a experiência adquirida, se propõe colaborar na revisão normativa geral, o que poderá ser objecto do estudo complementar já aludido.

-----X-----

Também será conveniente a formação de mais Juizes de Paz e, naturalmente, Mediadores e Funcionários. Mas isso não parece difícil.

-----X-----

Por outro lado, é certo que a Justiça pode custar dinheiro, mas é um sector de extrema importância cívica que justifica o dispêndio conveniente que for possível.

Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz

Serviços Administrativos

Rua Augusta, 118 - 4º 1100-054 Lisboa

Telef. 213242343 - Fax 213470836



Aliás, o projecto dos Julgados de Paz tem, além do mais, um sentido positivo de uma certa descentralização, levando ao entendimento entre o Estado e os Municípios, inclusive em matéria de investimentos, em especial ao nível do funcionalismo e das instalações, como também à possível conjugação entre Municípios (art. 4.º da lei 78/2001, de 13.07; art.s 12/13 do D.L. 329/2001, de 20.12; Protocolos celebrados entre o Estado e os Municípios de Lisboa, Oliveira do Bairro, Seixal e Vila Nova de Gaia).

Pensa este Conselho que se justificaria uma consulta a todos os Municípios Portugueses (nas Regiões Autónomas, porventura através dos Governos Regionais) sobre quais os mais interessados em colaborar na instalação de Julgados de Paz. Cremos que a Associação Nacional de Municípios Portugueses – que tem tido representação neste Conselho – é um interlocutor importante nesta matéria.

Consideramos, ainda, que “a criação ou reforço de mecanismos alternativos”, no âmbito da Justiça, bem como “o reforço do projecto dos Julgados de Paz”, constam, expressamente, do Programa do Governo.

Pensa este Conselho que a Justiça é uma área onde, na medida do possível, convirá optimizar o que existe e desenvolver o que tem potencialidades, já que é uma matéria que respeita aos direitos fundamentais dos Cidadãos (v.g. art. 20.º da Constituição da República).

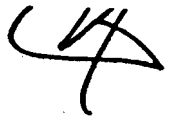
Se nem tudo se pode fazer de uma assentada, pensamos que convirá um sinal de objectivos e de ritmo, numa estratégia de fundo. Cremos que é isso que se justifica e se espera, naturalmente, conforme for o entendimento dos competentes Órgãos de Soberania.

Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz

Serviços Administrativos

Rua Augusta, 118 - 4º, 1100-054 Lisboa

Telef. 213242343 - Fax 213470836



-----X-----

O nosso entendimento sobre a utilidade e, até, a necessidade dos Julgados de Paz, não quer dizer que não tenham acontecido dificuldades, mas passíveis de análise e aperfeiçoamento. No campo do processo de formação de Juízes de Paz, chegaram-nos notícias de que houve algumas dificuldades a justificar tempo e atenção. Também neste campo e conforme se reflecte, este Conselho talvez possa colaborar. Aliás e independentemente de outras opções possíveis crê-se que, com o adequado enquadramento, uma Universidade poderá decerto colaborar na formação, designadamente de Juízes de Paz, do tipo breve curso de post-graduação. Ao que conhecemos através da Comunicação Social, foi o sistema encontrado para formação de Juízes para o Contencioso Administrativo (Diário de Notícias de 27.03.2002).

A propósito de Juízes de Paz, deve acrescentar-se que foi estabelecida, pela Direcção Geral da Administração Extrajudicial, uma lista de 29 Candidatos a Juízes de Paz nomeáveis; 2 renunciaram, uma pediu exoneração do Julgado de Paz para que fora nomeada e 8 estão em funções nos 4 Julgados de Paz existentes. Há, para nomear (na medida em que requeiram Julgados de Paz em concreto), tanto quanto sabemos, 19 Candidatos a Juízes de Paz – mas convém realizar a formação de mais porque os candidatos seleccionados podem não requerer colocação nos Julgados de Paz em que surjam vagas e, aliás, a selecção tem, actualmente, um prazo de validade de um ano, “contado

da data da decisão final do júri" respectivo (art. 2.º, n.º 3 da Portaria 1006/2001, de 18.08).

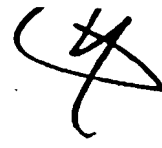
-----X-----

Por outro lado, e como já se disse – na medida da opção que for a dos competentes Órgãos de Soberania – haverá que rever todo o enquadramento legal e regulamentar. Desde logo a própria lei 78/2001 (mas não só) deverá ser revista designadamente quanto ao redimensionamento e competências dos Julgados de Paz mas, também, e especialmente em aspectos que a experiência já adquirida demonstra que carecem de reponderação como, por exemplo: valores especiais de acções v.g. sobre ambiente (ruídos, fumos, etc.); simplificação dos trâmites da mediação; clarificação de norma sobre reconvenção; regime de faltas; efeitos da ausência de contestação e análise do sistema cominatório; viabilização concreta de deslocação do Julgado de Paz até locais adequados; estrutura e competências deste Conselho face às características especiais dos Julgados de Paz e à conveniência de unidade – multifacetada – de gestão e acompanhamento na fase que, esperamos, deverá ser a subsequente dos Julgados de Paz; etc.

VI

Os Juízes de Paz e o D.L. 329/2001

Sem prejuízo de geral revisão normativa, existem campos concretos de atenção que consideramos carentes de imediata reconsideração e que



portanto, devem ser, desde já, adiantados: um, respeito a aspectos da mediação, que referiremos adiante; o outro refere-se à nomeação de Juizes de Paz.

Já ficaram aludidos aspectos práticos concretos, designadamente que o número de nomeáveis poder ser enganador, na medida em que só podem ser nomeados os Candidatos que, efectivamente, requererem colocação a efectuar e, por outro lado, pode haver conveniência em se dispor de colaboração institucional (v.g. universitária) e de tempo adequados à formação.

De todo o modo, o ponto que, agora, queremos frisar é o do período de nomeação, cuja normatividade pode gerar dificuldades designadamente quanto aos 8 Juizes de Paz actualmente no exercício das funções para que este Conselho os nomeou ao abrigo do n.º 2 do art. 25.º da lei 78/2001, de 13.07 (ratificação de despachos de 15.01.2002, 21.01.2002 e 23.01.2002, na 5.ª reunião, em 19.02.2002 – cfr. D.R., 2.ª série de 11.02.2002). E mais vale prevenir (a tempo e horas) do que remediar.

Acontece que o n.º 1 do art. 25.º da lei 78/2001 dispõe que:

“Os juizes de paz são providos por período de três anos.”

Mas, o subsequente D.L. 329/2001, de 20.12, veio dizer, no seu art. 11.º:

“Os Juizes de Paz exercem funções em regime de comissão de serviço, por um ano, susceptível de renovação por igual período, até três anos, considerando-se o tempo de serviço, para todos os efeitos, como prestado no lugar de origem quando sejam funcionários públicos.”



Ora, nomeação por 3 anos, ou nomeação por 1 ano renovável até 3 anos, não são, juridicamente, a mesma coisa.

Cremos que a lei é, neste caso, soberana: art.s 164.º m), 165.º, n.º 1 p), 209.º e 210.º da Constituição da República.

Mas, para se evitar qualquer dúvida, pensamos que é conveniente urgente adequação do art. 11.º do D.L. 329/2001 ao art. 25.º, n.º 1 da lei 78/2001.

VII

Nota sobre Mediação

A Mediação não está, nesta fase, formal e directamente, no âmbito de actuação deste Conselho.

Contudo, e sem prejuízo de revisão do enquadramento legal, temos por seguro que, estando em causa os Julgados de Paz e na medida em que a Mediação ali é praticada, não pode deixar de ser objecto da nossa atenção.

Aliás, vem de caminho referir que, numa perspectiva de unidade de atenção e funcionamento, crê-se que este Conselho justifica que, nele, venham a integrar-se representantes dos Juizes de Paz, dos Mediadores, dos Funcionários e, também, do Ministério Público (pressupondo o alargamento da competência dos Julgados de Paz à matéria penal) e da Ordem dos Advogados.

Mas, considerando o que existe e posto que, no plano concreto, a regulamentação da chamada mediação extra-competência dos Julgados de

Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz

Serviços Administrativos

Rua Augusta, 118 - 4º 1100-054 Lisboa

Telef. 213242343 - Fax 213470836

Paz é a situação que, tanto quanto é do nosso conhecimento, está a criar maior dificuldade, este Conselho não pode deixar de recomendar uma urgente reponderação da Portaria 436/2002, de 22.04.

Compreende-se que a lei 78/2001 tenha admitido acção da mediação para além da competência dos Julgados de Paz, principalmente face à reduzida competência actual dos Julgados de Paz – art. 16.º - ressalvados os casos ditos de direitos indisponíveis (ainda que, a nosso ver, certas matérias de direitos indisponíveis sejam das que mais justificam mediação e, porventura, conciliação, procurando-se consensos, como nas questões familiares ou laborais).

Mas, como se disse, a Portaria 436/2002 está a desencadear dúvidas.

Temos em vista que se trata de um serviço viabilizado pelo Estado, em estrutura pública, embora além da competência decisória do Julgado de Paz.

Sempre salvo o devido respeito por outra opinião:

Por um lado, parece regulamentar-se uma tramitação algo burocratizante, face à simplicidade de que estes Meios Alternativos devem revestir-se (mediação, pré-mediação, "pré-pré-mediação"?).

Outrossim, e mais importante, sendo serviço prestado nos Julgados de Paz, crê-se que não pode furtar-se, totalmente, pelo menos, a alguma supervisão unitária da respectiva coordenação, que compete a um Juiz de Paz.

Por outro lado, crê-se contrária aos princípios legais (e constitucionais?) a regra do art. 9.º, n.º 1 que faz depender a intervenção de mandatário forense, de uma parte, da concordância da outra (tal norma contraria, pelo menos, o art. 54.º, n.º 1 do Estatuto da Ordem dos Advogados).

Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz

Serviços Administrativos

Rua Augusta, 118 - 4º, 1100-054 Lisboa

Telef. 213242343 - Fax 213470836

E, sobretudo, em termos práticos relativamente aos Cidadãos, crê-se ser inadequado que, para além de taxa (Despacho in D.R., 2.ª série, de 24.04.2002), os interessados paguem honorários sem limite regulamentado que os mediadores fixem: art. 13.º, n.º 1 c). Nos casos da competência dos Julgados de Paz, os honorários dos mediadores estão pré-fixados e são pagos pelo Estado (Despacho in D.R., 2.ª série, de 25.01.2002).

Consequentemente, pensamos que deve alterar-se, rapidamente, a Portaria 436/2002, designadamente, nos pontos indicados. Quanto aos honorários da Mediação, crê-se que seria indicado o pagamento pelo Estado e não pelos utentes (sempre com limites regulamentados), ainda que, se necessário, se tivesse de aumentar um pouco a taxa de justiça a que se refere o Despacho do Secretário de Estado da Justiça, in D.R., 2.ª série, de 24.04.2002, mas sempre, significativamente, abaixo dos valores da taxa de justiça nos casos da competência dos Julgados de Paz (Portaria 1456/2001, de 28.12)

VIII

Síntese conclusiva

1. Como se enfatizou, no contexto actual, há uma questão prévia, a saber, a da validade do projecto de Julgados de Paz e da sua abrangência.

A tal respeito, este Conselho é de parecer que se trata de um projecto não só útil, como necessário, à cidadania, no sentido de eficiência dos Serviços de Justiça, vistos numa perspectiva de complementaridade.

Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz

Serviços Administrativos

Rua Augusta, 118 - 4º, 1100-054 Lisboa

Telef. 213242343 - Fax 213470836

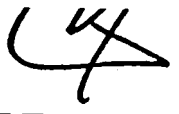
Para que não se perca a receptividade que o projecto alcançou, há 2 planos básicos de desenvolvimento que este Conselho propõe:

a) Por um lado, é urgente a rentabilização dos 4 Julgados de Paz existentes, otimizando, tanto quanto possível, as suas potencialidades.

Além do mais que seja caso disso, convém alargar as áreas territoriais dos Julgados de Paz existentes que não alcançam, ainda, as áreas dos respectivos Municípios (Lisboa, Seixal e Vila Nova de Gaia). São os relatórios dos próprios Juízes de Paz que nos dão conta da possibilidade e da conveniência de abranger, pelo menos, a freguesia de Amora (caso do Seixal) e de S. Domingos de Benfica, Campo Grande, S. João de Brito e Alvalade (caso de Lisboa), de Grijó, Mafamude e Oliveira do Douro (caso de Vila Nova de Gaia). Quanto ao Julgado de Paz de Oliveira do Bairro, poderia, ao abrigo do art. 4.º da lei 78/2001, abranger freguesias de Municípios contíguos, por exemplo: Aveiro (freguesia de Nossa Senhora de Fátima e Nariz); Águeda (freguesias de Fermentelos, Barrô, Aguada de Baixo, Amoreira da Gândara e Sangalhos); Vagos (freguesia de Soza).

Cremos que é assunto a justificar entendimento entre o Ministério da Justiça e os respectivos Municípios porque tal consta dos correspondentes Protocolos, mas implica alteração do art. 3.º do D.L. 329/2001, de 20.12; como se disse atrás.

b) Por outro lado, justifica-se o desenvolvimento do projecto de instalação de Julgados de Paz, implementando-o, progressivamente, tanto no Continente, como nas Regiões Autónomas, através de



entendimento entre o Governo da República e os Governos das
Regiões Autónomas e os Municípios.

2. Em termos básicos e para que o projecto tenha o alcance que se lhe deseja, há que proceder, cremos, ao alargamento de competências, quer na área declarativa cível quer, eventualmente, laboral (ouvindo-se as associações representativas dos respectivos interesses), quer executiva (sem prejuízo do que se entenda que deve ser a revisão geral do processo executivo), quer na área penal (crimes não públicos e não aplicação de penas de prisão), quer na criação de estrutura recursória própria.

3. Há que reforçar, nos Julgados de Paz, condições de unidade de funcionamento, não obstante os vários sectores que os compõem e sem quebra do respeito pela identidade dos respectivos agentes; de todo o modo, a mediação não pode, cremos, deixar de ser vista como um sector do mesmo conjunto.

4. Há que dar início a novo processo de formação, designadamente de Juizes de Paz, porventura com colaboração de uma Universidade e sem prejuízo do apoio do Ministério da Justiça e deste Conselho, na medida das suas estruturas funcionais.

5. Em termos de aspectos normativos concretos mais imediatos e independentemente do alargamento do projecto, convém rever o art. 11.º do D.L. 329/2001 (período de nomeação dos Juizes de Paz); e a generalidade da Portaria 436/2002 (mediação), mormente quanto à liberdade de constituição de mandatário forense e, em especial, no que respeita a honorários dos mediadores.

6. Este Conselho enfatiza que a sua recomendação de ampliação das

Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz

Serviços Administrativos

Rua Augusta, 118 - 4º 1100-054 Lisboa

Telef. 213242343 - Fax 213470836

(4)

áreas geográficas abrangidas pelos actuais 4 Julgados de Paz se apoia nos relatórios que tem recebido dos próprios Julgados de Paz e se destina a rentabilizar o que já existe. Aliás, a limitação geográfica que tem existido nos actuais quatro Julgados de Paz explica-se por se ter tratado de uma fase experimental.

Pensamos que, agora, exactamente com a experiência adquirida, se justifica a ampliação daquelas áreas, como natural medida a implementar, com significado positivo para os Cidadãos das respectivas zonas.

Como já dissemos, implica acordos entre o Ministério da Justiça e os Municípios envolvidos (haja em vista os respectivos Protocolos) e consequências no art. 3.º do D.L. 329/2001, de 20.12.

7. Nesta fase, o Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz preocupou-se, fundamentalmente, com a análise da validade do projecto, com questões básicas de funcionamento, e com aspectos concretos numa perspectiva imediata e pragmática.

Concluindo que o projecto é válido e recomendando o seu desenvolvimento; complementarmente e tão brevemente quanto possível, este Conselho propõe-se reflectir uma análise específica dos vários diplomas normativos respectivos, ponderando alterações que considera necessárias, para além do que já fica enunciado, e apresentará esse estudo à Assembleia da República e ao Governo.

-----X-----

Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz

Serviços Administrativos

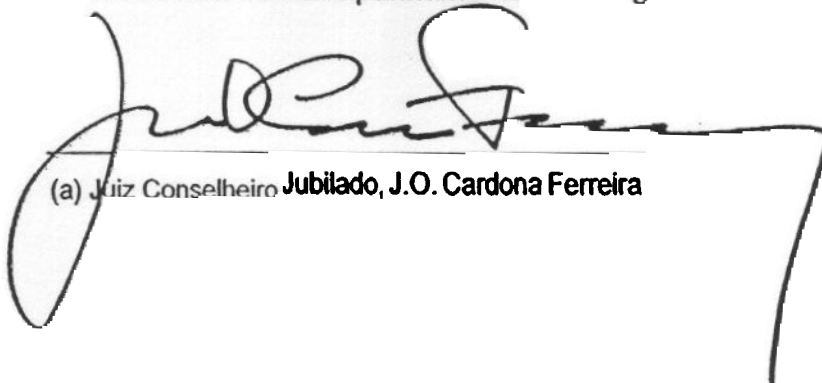
Rua Augusta, 118 - 4º 1100-054 Lisboa

Telef. 213242343 - Fax 213470836

**Aprovado em reunião do Conselho de Acompanhamento dos Julgados
de Paz de 04 de Junho de 2002.**

-----X-----

O Presidente do Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz



(a) Juiz Conselheiro Jubilado, J.O. Cardona Ferreira